
Sumário

Apresentação e agradecimentos	VII
Prólogo	XI
Carta de apresentação ao Brasil	XV

Primeira Parte **PARTE GERAL**

CAPÍTULO I

Introdução aos Sistemas de Integração	3
1. A realidade de nosso tempo	3
2. Globalização. Conceito e história	6
3. Dinamizadores do fenômeno	10
a) Revolução na tecnologia	11
b) Crescimento e mobilidade da população mundial	12
c) Enfraquecimento do poder político nacional	13
d) Natureza das ameaças à segurança nacional	14
e) Democratização da tecnologia, informação e finanças	16
f) Queda do império soviético	17
g) Globalização dos direitos humanos	19
4. Sistemas de integração econômica	21
a) Conceito	21
b) A integração é um processo voluntário	22
c) Criação ou desvio de comércio	23
d) Razões que motivam a integração	24
e) Dimensões e classificações	25
5. Modelos de integração econômica	28
a) Sistema de preferências tarifárias	28
b) Zona de livre comércio	30
c) União aduaneira	31
d) Mercado comum	33
e) União econômica	34
f) Integração total	35

Integração, Globalização e Estado	37
6. O Estado-Nação. Conceito	37
7. Estado e Nação	39
8. História e evolução do Estado até os tempos modernos	40
9. Circunstâncias que deram origem ao Estado-Nação moderno	44
10. Soberania, Estado e formas de governo no pensamento acadêmico	45
a) Platão (427-347 a.C.)	46
b) Aristóteles (384-322 a.C.)	47
c) Nicolau Maquiavel (1469-1527)	47
d) Jean Bodin (1530-1596)	48
e) Thomas Hobbes (1588-1679)	49
f) John Locke (1632-1704)	50
g) Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)	51
h) Abade Emmanuel Sieyès e Charles Louis de Secondat, Barão de Montesquieu	52
i) Immanuel Kant (1724-1804)	53
11. Síntese da evolução do conceito de soberania	53
12. Características do Estado de direito liberal como Estado-Nação	55
a) Garantias e limites do poder estatal	56
b) Divisão do poder	57
c) Poder judicial independente	59
d) Subordinação à lei	61
e) Liberdade de imprensa	62

Integração e Constituição	65
13. Noções básicas de direito constitucional em relação à teoria dos tratados e sua incorporação ao ordenamento jurídico interno dos Estados	65
14. Monismo, dualismo e dualismo moderado	66
15. A Constituição nacional argentina e os processos de integração	70
16. Delegação de competência e jurisdição	72
17. Condições para a delegação de competência e jurisdição	74
a) Reciprocidade	75
b) Igualdade	75
c) Respeito aos direitos humanos	76
d) Respeito à ordem democrática	77
18. Requisitos de forma, ordem de prioridade e análise de constitucionalidade...	78

19. Denúncia do tratado	80
20. Experiência comparada	81
21. O caso uruguaio	82
22. O caso paraguaio	85
23. O caso do Brasil	87
a) Preferência a empresas brasileiras de capital nacional	90
b) Tratamento de estrangeiros	90
c) Estabelecimento de monopólios estatais	90
d) Atividades atribuídas ao Estado que este pode explorar por si ou por meio de terceiros	90
e) Imobilização de normas secundárias	91
24. Conclusão	91

CAPÍTULO IV

Teoria do Estado e Integração 93

25. Relações entre Estados nacionais como objeto de estudo	93
26. Alguns antecedentes históricos	95
27. O realismo no século XX	98
28. O idealismo ou liberalismo no século XX	102
29. O marxismo como posição estruturalista	105
30. Teoria da dependência como outra posição estruturalista	107
31. Integração e identidade nacional	108
a) Conceito	108
b) As novas realidades e a formação das identidades individual e nacional ..	109
c) Necessidade de políticas globais	112
d) Dupla identidade nacional e comunitária	113
32. Organização institucional do Estado-Nação e o impacto da integração	114
a) Conceito e antecedentes	118
b) Organização funcional das competências	119
c) Impacto funcional da integração no funcionamento do Estado-Nação	120
d) Uma nova divisão do trabalho	121
e) Teoria dos poderes e organização institucional comunitária	122
33. Características do direito comunitário	125
a) Aplicação imediata ou automática	125
b) Aplicação direta	126
c) Aplicação por juízes nacionais	126
d) Aplicação predominante ou prevacente do direito comunitário	127

34. A supranacionalidade	128
a) Supranacionalidade no âmbito da integração	128
b) Conceito	129
c) Natureza jurídica do estamento comunitário	132
35. O déficit democrático	134
36. Direito administrativo e direito administrativo comunitário	136

Segunda Parte

A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

CAPÍTULO V

Gênese e Evolução do Processo de Integração Europeia 141

37. O Conselho da Europa	141
a) Natureza e competências	141
b) Organização e funcionamento	144
38. Gênese e evolução do processo europeu de integração	145
39. O Tratado de Paris e a criação da Comunidade Econômica do Carvão e do Aço	147
40. Os tratados de Roma e a criação da Comunidade Econômica Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atômica	150
41. A Europa dos Seis, as ampliações e a Ata Europeia Única	155
42. O Tratado de Maastricht e a criação da União Europeia	159
43. O Tratado de Amsterdã	163
44. O Tratado de Nice	167
45. O tratado de instituição de uma Constituição para a Europa	171

CAPÍTULO VI

Ordenamento Jurídico Comunitário 177

46. Natureza jurídica do processo europeu de integração	177
47. Estrutura em pilares e a personalidade jurídica da União Europeia	179
48. Competências comunitárias	182
49. As fontes do direito comunitário	189
a) As fontes obrigatórias do direito comunitário	190
1. Direito originário	190
2. Direito derivado	192
I. O regulamento	192
II. A instrução	194
III. A decisão	198

3. Os atos convencionais	200
4. Os princípios gerais do direito comunitário	200
5. A jurisprudência	201
b) As fontes não obrigatórias do direito comunitário	202
c) Os atos “sui generis”	202
d) As fontes complementares	203

CAPÍTULO VII

O Sistema Institucional Europeu	205
50. Evolução do quadro institucional comunitário	205
51. Quadro institucional atual da União Européia	207
52. O Parlamento Europeu	207
a) Natureza e regime eleitoral	207
b) Competências do Parlamento Europeu	210
1. Competências normativas	210
I. Procedimento de consulta	210
II. Procedimento de cooperação	212
III. Procedimento do ditame conforme	213
IV. Procedimento de co-decisão	215
2. Competências orçamentárias	218
3. Competências de controle	219
4. O controle no quadro da política externa e de segurança comum e da cooperação policial e judicial em matéria penal	222
5. As comissões de investigação	223
6. O Defensor do Povo	223
7. O direito de petição	224
53. Composição	224
a) Organização e funcionamento	227
b) Os grupos políticos	229
54. O Conselho	230
a) Natureza e competências	230
b) Composição	232
c) Organização e funcionamento	233
d) O Coreper	235
e) Outros comitês	236
f) A Secretaria Geral	236
g) O sistema de votação	237
55. A Comissão	240
a) Natureza e competências	240

b) Composição	244
c) Organização e funcionamento	246
56. O Tribunal de Justiça	251
a) Natureza e competências	251
b) Composição	259
c) Organização e funcionamento	262
57. O Tribunal de Primeira Instância	264
a) Natureza e competências	264
b) Composição	265
c) Organização e funcionamento	266
58. O Tribunal de Contas	266
a) Natureza e competências	266
b) Composição	268
c) Organização e funcionamento	268
59. Duas “instâncias institucionais” transcendentais	269
a) O Conselho Europeu	269
b) O Banco Central Europeu	272
60. Outros órgãos comunitários	274
a) O Comitê Econômico e Social	274
1. Natureza e competências	274
2. Composição	275
3. Organização e funcionamento	275
b) O Comitê das Regiões	276
1. Natureza e competências	276
2. Composição	277
3. Organização e funcionamento	277
c) O Comitê de Proteção Social	278
d) O Banco Europeu de Investimentos	278

CAPÍTULO VIII

O Mercado Único Europeu 281

61. As liberdades comunitárias	281
a) Livre circulação de mercadorias no mercado europeu	281
b) Livre circulação dos demais fatores de produção	287
c) Sistema monetário europeu	303
d) Sistema Europeu de Bancos Centrais	314
e) Financiamento comunitário	315

CAPÍTULO IX

Princípios, Políticas e Cidadania Européia 319

62. Primazia do direito comunitário	319
63. Aplicabilidade e efeito direto	321
64. Subsidiariedade	323
65. Outros princípios do direito comunitário	325
66. Cidadania européia	326

CAPÍTULO X

A Política Exterior e de Segurança Comum (PESC) 331

67. Antecedentes da PESC	331
68. Objetivos da PESC	333
69. Instrumentos da PESC	334
a) Cooperação intergovernamental	334
b) Estratégias comuns	335
c) Posições comuns	335
d) Ações comuns	336
70. Financiamento da PESC	338
71. Competências e procedimentos da PESC	339
72. Política Européia de Segurança e Defesa (PESD)	342

CAPÍTULO XI

Cooperação Policial e Judiciária em Matéria Penal 347

73. Antecedentes da Cooperação nos Âmbitos da Justiça e nos Assuntos do Interior (CAJAI)	347
74. Objetivos e âmbitos de aplicação da cooperação policial e judicial em matéria penal	351
75. Instrumentos da cooperação policial e judiciária em matéria penal	352
a) Posições comuns	353
b) Decisões-quadro	353
c) Decisões	353
d) Convênios	353
76. Cooperação reforçada na cooperação policial e judiciária em matéria penal...	354
77. Papel das instituições comunitárias na cooperação policial e judiciária em matéria penal	354

CAPÍTULO XII

A Associação Européia de Livre Comércio (EFTA) e o Espaço Econômico Europeu (EEE/EEA)	357
78. Natureza e competências	357
79. Organização e funcionamento	359

Terceira Parte

A INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA

CAPÍTULO XIII

Antecedentes da Integração Regional Latino-Americana	363
80. Apresentação esquemática dos antecedentes integracionistas latino-americanos	363

CAPÍTULO XIV

Sistemas Jurídicos de Integração na América	367
81. A Comunidade Andina de Nações (CAN)	367
a) Natureza e competências	367
b) Organização e funcionamento	369
c) Algumas originalidades do sistema	377
d) Análise crítica	379
82. Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)	380
a) Natureza e competências	380
b) Organização e funcionamento	386
1. Conferência das Partes Contratantes	386
2. Comitê Executivo Permanente	386
3. Secretaria-Geral	387
4. Nova estrutura	387
c) Análise crítica	388
83. Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)	391
a) Natureza e competências	391
b) Funcionamento	395
1. Preferência Tarifária Regional	395
2. Acordos de Alcance Regional (AAR)	396
3. Acordos de Alcance Parcial (AAP)	396
4. Acordos de Complementação Econômica (AAPCE)	396
c) Organização institucional	397
1. Conselho de Ministros de Relações Exteriores	397
2. Conferência de Avaliação e Convergência	398

3. Comitê de Representantes	398
4. Secretaria Geral	399
5. Órgãos auxiliares e de consulta	400
d) Análise crítica	400
84. Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA)	401
85. Comunidade do Caribe (CARICOM)	403
a) Natureza e competências	403
b) Organização e funcionamento	406
c) Análise crítica	411
86. Associação de Estados do Caribe (AEC)	411
a) Natureza e competências	411
b) Organização e funcionamento	414
87. Mercado Comum Centro-Americano	417
a) Natureza e competências	417
b) Organização e funcionamento	420
c) Análise crítica	421
88. Sistema de Integração Centro-Americano (SICA)	422
a) Natureza e competências	422
b) Organização e funcionamento	423
c) Análise crítica	427
89. A Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN/CASA) ou União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)	428
a) Natureza e competências	428
b) Organização e funcionamento	432
c) Análise crítica	434
90. Organismos, reuniões e instituições que têm participado do processo de integração latino-americano	434
a) Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)	434
1. Natureza e competências	434
2. Organização e funcionamento	436
b) Bacia do Prata	437
1. Natureza e funções	437
2. Organização e funcionamento	438
c) Hidrovia dos rios Paraguai-Paraná	440
d) Reuniões de Cúpula de Chefes de Estado	441
1. Punta Del Este	441
2. Cúpulas Ibero-Americanas	442
3. Grupo do Rio	443
4. Parlamento Latino-Americano	444

5. Organismos internacionais relacionados com o processo de integração (BID, SELA e GATT)	444
91. <i>North American Free Trade Agreement</i> (NAFTA)	445
a) Antecedentes	445
b) Natureza e funcionamento	450
c) Análise crítica	452
d) O NAFTA e a crise da tequila	454
92. A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)	455
a) Antecedentes	455
b) Estrutura e organização	458
c) Análise crítica	459

CAPÍTULO XV

O Mercosul

461

93. Evolução da relação bilateral entre a Argentina e o Brasil	461
94. Acordos bilaterais entre Argentina e Brasil como antecedentes imediatos do Mercosul	463
95. Tratado de Assunção de criação do Mercosul	467
a) Estrutura institucional	467
b) Objetivos e características gerais do Mercosul	469
1. Livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os Estados membros	470
2. Estabelecimento de uma tarifa externa comum	470
3. Adoção de uma política comercial comum diante de terceiros países	470
4. Programa de liberalização comercial	470
5. Coordenação de políticas macroeconômicas	471
6. Harmonização de legislações	471
c) Efeitos	472
d) Estrutura orgânica do Mercosul	474
1. Conselho do Mercado Comum (CMC)	474
2. Grupo Mercado Comum	477
3. Comissão de Comércio	480
4. Comissão Parlamentar Conjunta	482
5. Foro Consultivo Econômico e Social	485
6. Secretaria Administrativa	486
7. Tribunal Permanente	487
8. Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul	489
9. Reunião de Presidentes do Mercosul (órgão comunitário ou extracomunitário?)	489
e) Procedimento para tomada de decisões	490
f) Crítica à estrutura definitiva do Mercosul	491
g) Personalidade jurídica do Mercosul	494

h) Diferenças institucionais entre o Mercosul e a União Européia	495
1. Carência de finalidade política	495
2. Integração <i>versus</i> cooperação	496
3. Carência de autonomia institucional legal	496
i) Fontes do direito no Mercosul	497
1. Direito originário	499
2. Direito derivado	501
3. A jurisprudência como fonte formal de direito	502
4. Costume jurídico	502
5. Princípios gerais do direito	503
6. Outros atos dos órgãos do Mercosul	504
j) Pirâmide jurídica do Mercosul	504
k) Força executiva dos atos comunitários	506
l) Sistema de Solução de Controvérsias no Mercosul	509
1. Direito processual do Mercosul	509
2. Controvérsias entre Estados	512
I. Solução de conflitos no Tratado de Assunção	512
II. Solução de conflitos no Protocolo de Brasília	513
i) Matéria	513
ii) Etapa extracontenciosa (negociação e mediação)	514
iii) Etapa contenciosa (Procedimento arbitral)	515
iv) Sede e normas de procedimento	516
v) Inapelabilidade	516
vi) Efeitos do laudo	516
III. Solução de conflitos no Protocolo de Ouro Preto	517
IV. Solução de conflitos no Protocolo de Olivos	518
i) Opção de foro	519
ii) Intervenção opcional do Grupo Mercado Comum	519
iii) Tribunal Arbitral de Revisão	519
iv) Medidas compensatórias	520
v) Objeto da controvérsia	521
vi) Qualificação dos árbitros	521
vii) Possibilidade de estabelecer mecanismos especiais	521
viii) Opiniões consultivas	521
ix) Outras inovações	522
3. Controvérsias entre particulares e um ou mais Estados Partes	522
4. Reclamações perante a Comissão de Comércio do Mercosul	524
5. Análise crítica	526
m) Direito administrativo comunitário e Mercosul	527
n) Incorporação da Venezuela ao Mercosul	530

Quarta Parte
A INTEGRAÇÃO NA ÁFRICA, ÁSIA E OCEANIA

CAPÍTULO XVI

A Integração na África	535
96. A União Africana (UA)	535
a) Natureza e funções	535
b) Organização e funcionamento	536
97. A União do Magreb Árabe (UMA)	539
a) Natureza e competências	539
b) Organização e funcionamento	540
98. A Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC)	540
a) Natureza e competências	540
b) Organização e funcionamento	542
99. A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	
a) Natureza e competências	543
b) Organização e funcionamento	544
100. Outros âmbitos de integração na África	546
a) Comunidade de Estado Saarianos ou Community of Sahel-Saharan States (CEN-SAD)	546
b) Comunidade da África Oriental (CAO-EAC)	546
c) Comunidade Econômica dos Estados da África do Oeste (CEDEAO/ECOWAS)	547
d) Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA)	547
e) Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC)	548
f) União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)	548
g) União Aduaneira da África Austral (SACU)	549
h) Associação Regional para a Cooperação dos Países Ribeirinhos do Oceano Índico (IOR-ARC)	550
i) Nova Aliança para o Desenvolvimento da África (NEPAD)	550

CAPÍTULO XVII

Integração na Ásia e Oceania	553
101. Associação de Países do Sudeste Asiático (ASEAN)	553
a) Natureza e competências	553
b) Organização e funcionamento	558
102. Outros âmbitos de integração na Ásia	561

103. O Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC)	564
a) Natureza e competências	564
b) Organização e funcionamento	565
104. Acordo sobre o estreitamento de relações econômicas entre a Austrália e a Nova Zelândia (ANZCER/CER)	566
Bibliografia	569
Índice remissivo	591